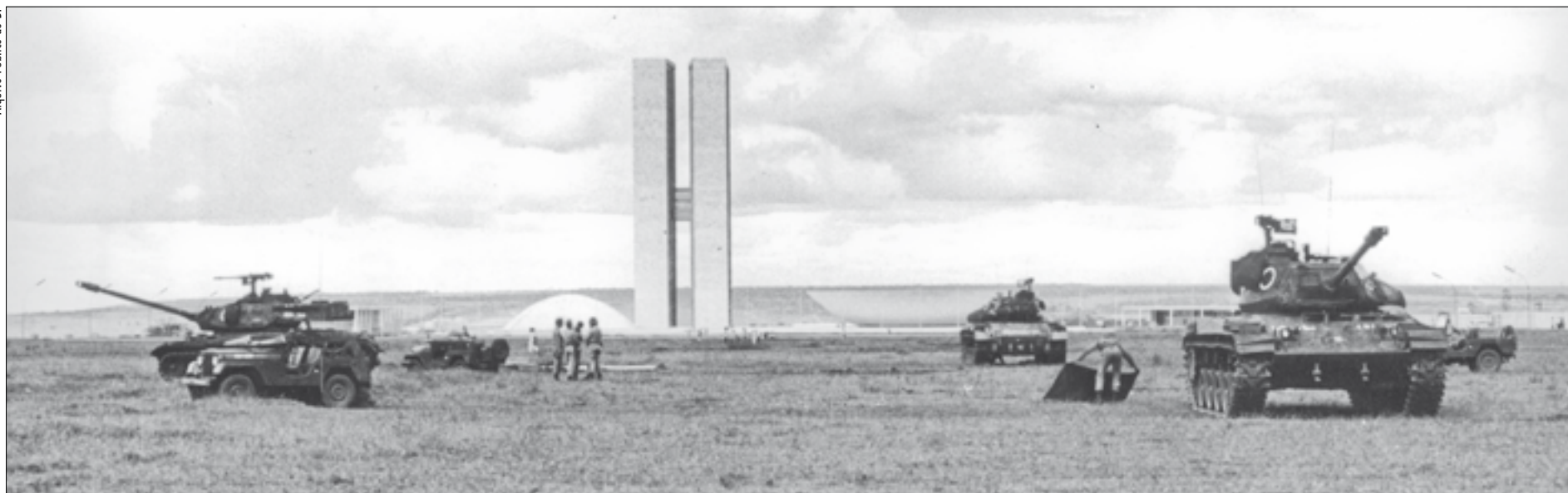




Arquivo Público do DF



Tanques do Exército em frente ao Congresso Nacional em 1964: golpe, além de militar, foi também civil e encontrou apoio entre parlamentares que se opunham às reformas propostas por João Goulart

Sessão especial lembra 50 anos do golpe militar de 1964

Vítima da repressão nos anos de chumbo, senador João Capiberibe requereu sessão para lembrar e repudiar os fatos e ajudar as novas gerações a defender a democracia

Os fatos que culminaram com o golpe de estado de 31 de março de 1964, que deram início a 21 anos de ditadura no Brasil, serão lembrados hoje em sessão especial do Senado.

A Agência Senado preparou um site com reportagens sobre os momentos que antecederam o golpe e com depoimentos dos atuais senadores sobre os dias de tensão e a luta pela retomada da democracia. **7**

ACONTECEU NO SENADO

Fundo nacional visa atender mulheres vítimas de violência

O Plenário do Senado aprovou na terça-feira a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A medida deverá facilitar o cumprimento da Lei Maria da Penha e de programas de

assistência às vítimas com uma política específica de financiamento. Os recursos vão viabilizar delegacias especializadas, casas-abrigo e capacitação de servidores. A proposta segue agora para votação na Câmara. **8**



Pedro França/Agência Senado

Delcídio do Amaral (E), Rubens Barbosa, Fernando Collor e Acir Gurgacz no encerramento do fórum na sexta-feira

Sugestões podem melhorar infraestrutura

Mais investimentos, desburocratização de processos e menos impostos para setores da infraestrutura como energia elétrica, transportes, saneamento e combustíveis. Essas foram as principais soluções para o país enfrentar os gargalos no

setor apontadas pelos participantes do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura.

As mesas-redondas do evento deram origem a documentos, que serão consolidados e servirão para subsidiar mudanças concretas na legislação. **5**

Pedido para instalação da CPI da Petrobras vai a Plenário **3**

Apresentada outra proposta para criação de municípios **4**

Comissão vai discutir violência e abusos da polícia militar **6**

Senado analisa projeto que limita recursos judiciais **3**

Tribunais superiores debatem novo Código Penal **6**



EXPOSIÇÃO
ONDE A ESPERANÇA SE REFUGIOU

50 ANOS DO GOLPE MILITAR

21 DE MARÇO A 13 DE ABRIL
SALÃO NEGRO | CONGRESSO NACIONAL
DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO DAS 9H ÀS 17H



Ilustração: [Nome]

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Vencedores do 6º Concurso de Redação do Projeto Jovem Senador, em 2013, e Paulo Davim na rampa do Congresso

Comissão do Projeto Jovem Senador 2014 é anunciada

Senadores vão acompanhar o projeto e orientar, em Brasília, os 27 participantes, estudantes do ensino médio de escolas públicas de todos os estados e do DF que vivenciarão por três dias o processo legislativo

FORAM DIVULGADOS NA quarta-feira os parlamentares que integrarão a Comissão do Projeto Jovem Senador de 2014. Esses senadores ficarão responsáveis pelo acompanhamento do projeto e orientação dos participantes.

Foram designados Casildo Maldaner (PMDB-SC), Maria do Carmo Alves (DEM-SE), Anibal Diniz (PT-AC), Ciro Nogueira (PP-PI), Cristovam Buarque (PDT-DF), Cidinho Santos (PR-MT), Sérgio Petecão (PSD-AC), Paulo Davim (PV-RN), Eduardo Amorim (PSC-SE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Vicentinho Alves (SDD-TO). O Jovem Senador é um projeto anual que seleciona, por meio de concurso de redação, 27 estudantes para

vivenciarem o trabalho dos senadores. Participam estudantes do ensino médio das escolas públicas estaduais e do Distrito Federal e de até 19 anos.

O tema da redação de 2014 é “Se eu fosse senador...”. Os autores dos melhores textos, um para cada unidade da Federação, são convidados a vir a Brasília, com as despesas pagas, para vivenciar o processo de discussão e elaboração de leis. A legislatura dos estudantes tem duração de três dias e inicia com a posse dos jovens senadores e a eleição da Mesa.

Os trabalhos são encerrados com a redação dos autógrafos, aprovação dos projetos e a consequente publicação no *Diário do Senado Federal*.

Para participar, as institui-

ções de ensino são convidadas a promover um concurso de redação entre os alunos. Devem enviar o melhor texto à Secretaria de Educação do estado até 22 de agosto. Cada secretaria selecionará a melhor redação e enviará ao Senado.

Algumas sugestões de jovens senadores que se transformaram em projetos são o PLS 235/2013, que antecipa a inclusão de língua estrangeira para o quarto ano do ensino fundamental; o PLS 438/2012, que estabelece ações para prevenir a violência nas escolas; o PLS 211/2012, que prevê avaliação seriada anual para acesso a universidades federais; e o PLS 439/2012, que proíbe o uso de sacolas plásticas no comércio.

Senado divulga destaques no setor industrial

A Mesa do Senado divulgou os três agraciados com o Diploma José Ermírio de Moraes de 2014, escolhidos dentre 24 concorrentes. Armando Monteiro (PTB-PE), presidente do Conselho do Diploma, disse que “essa é a mais alta comenda conferida pelo Senado a empresários, empresas e industriais que acreditam e investem no Brasil”.

A premiação é conferida em sessão no Dia Nacional da Indústria (25 de maio) ou em data próxima. Este ano, está prevista para 20 de maio.

Premiados de 2014

- ▶ empresa **Baterias Moura**
- ▶ empresária e controladora do Grupo Edson Queiroz, **Yolanda Vidal Queiroz**
- ▶ secretário-executivo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste do governo de Goiás, **Orcino Gonçalves da Silva Júnior**

Pregão eletrônico economiza R\$ 55 milhões

A Diretoria-Geral do Senado informou que a Casa teve um ganho de R\$ 55 milhões nas licitações feitas por meio do pregão eletrônico em 2013 e nos primeiros meses de 2014. O levantamento foi feito pela Secretaria de Administração de Contratos.

No contexto de racionalização de contratos e compras, a Diretoria-Geral solicitou formalmente ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma visita técnica para que servidores conheçam as práticas administrativas do tribunal no campo das licitações, visando ao aprimoramento da gestão.

O ganho nos pregões eletrônicos se soma à economia geral de R\$ 275 milhões obtida pelo Senado em 2013.

Casa conclui posse de 90 servidores nomeados em 2014

Sexta-feira, mais oito novos servidores assumiram os cargos no Senado, em cerimônia no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Essa foi a terceira e última solenidade de posse coletiva relativa à nomeação de 90 servidores ocorrida em fevereiro.

Passam a fazer parte do quadro funcional dois analistas especializados em informática legislativa, um analista da área administrativa e cinco policiais legislativos.

Estiveram presentes no evento a diretora-geral-adjunta do Senado, Ilana Trombka, os diretores titulares das secretarias onde atuarão os servidores e o diretor da Secretaria de Recursos Humanos, Renato Brown Ribeiro.

Nestas quarta e quinta-feiras, os novos servidores participarão de programa de integração no Auditório do Interlegis.

CORREÇÃO

Ao contrário do que publicou o **Jornal do Senado** de 27 de março (nº 4.054), o projeto (PLS 222/2013 — Complementar) que unifica as normas quando o contribuinte contesta cobrança de imposto pela União, estados, Distrito Federal e municípios não é terminativo e não seguirá direto para a Câmara. Antes, será analisado pelo Plenário do Senado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO 50 anos do golpe

11h Sessão especial para lembrar os 50 anos do golpe civil e militar de 1964. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

PRESIDÊNCIA Eventos em Alagoas

9h Renan Calheiros participa de assinatura da ordem de serviço para obras no Bairro Cruz das Almas, em Maceió; às 15h30, de posse dos diretores das unidades acadêmicas da Universidade Federal de Alagoas; e, às 16h, de posse da diretoria da Associação dos Municípios Alagoanos e de entrega das máquinas do PAC 2.

CDH Violência pós-ditadura

8h30 “Os desaparecidos da democracia” é o tema de audiência da comissão, que ouve, entre outros, o coordenador-geral de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, André Fagundes Mendes.

TERÇA

CMA Fogos de artifício

8h30 Projeto que disciplina fabricação e uso de fogos de artifício na pauta da Comissão de Meio Ambiente, além da proposta que dispõe sobre oferta de peças de reposição após cessadas a produção ou a importação de produtos.

CDH Agressões a jornalistas

8h30 Audiência interativa sobre violência contra os profissionais da comunicação tem como convidado José Carlos Torves, diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas.

CCT Prazo para registrar marca

9h Entre os itens da pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia, está o projeto que estabelece o prazo de 180 dias para o exame e a concessão de pedido de patente ou de registro de marca. Outra proposta trata da inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida.

CCJ Reforma do Código Penal

9h O presidente do STJ, Felix Fischer, participa de audiência pública para falar sobre a reforma do Código Penal.

CAE Cooperação universidade-empresa

10h A Comissão de Assuntos Econômicos vota estímulo à cooperação entre universidades e empresas, determinando ainda normas para licitações no âmbito dos projetos de pesquisa, a fim de simplificar o procedimento de compras e aquisições em universidades e institutos da área.

CI Indicação para a Antaq

10h Na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura, indicação de Adalberto Tokarski para diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

CE Residência pedagógica

11h Em exame, projeto que obriga a residência pedagógica para professores em formação, semelhante à residência dos estudantes de medicina. Também texto que antecipa para as segundas-feiras feriado que caírem entre terça e sexta-feira.

SEGUNDA

CRE Visto de turista pela internet

14h A Comissão de Relações Exteriores vota indicações de embaixadores para a Eslovênia; Tailândia, Camboja e Laos; Burkina Fasso; e Nova Zelândia e Tonga. Ainda na pauta, projeto sobre visto de turista para o Brasil pela internet.

QUARTA

CI Relatório final de fórum

7h30 Apresentação do relatório final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura. Após a reunião, os senadores sabatinam Adalberto Tokarski, indicado para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

CDR Rio São Francisco

9h Para debater a redução da vazão do Rio São Francisco, a oferta de água no âmbito da bacia hidrográfica e a queda dos valores dos royalties transferidos aos municípios do sistema Chesf, a Comissão de Desenvolvimento Regional ouve o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu Guillou.

CAS Regras do FGTS

9h Altera o FGTS para estabelecer critério de distribuição do resultado do exercício financeiro para as contas vinculadas dos trabalhadores.

RESÍDUOS SÓLIDOS Plano municipal

9h Audiência pública para debater o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Entre os participantes, está o secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Osvaldo Garcia.

CCJ Femicídio no Código Civil

10h Na pauta da comissão, entre outros, está o projeto que insere no Código Penal o femicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio.

LEGISLATIVO Novas tecnologias

10h Palestra com José Luis Cordeiro, professor da Singularity University da Nasa, sobre o impacto das novas tecnologias no futuro da humanidade. O evento, do Sindilegis, ocorrerá no Interlegis.

CDH Autismo em debate

11h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promove audiência pública para debater e marcar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo.

CE Fronteiras do conhecimento

14h As novas fronteiras do conhecimento em debate na Comissão de Educação.

MERCOSUL Representação se reúne

14h30 A Representação Brasileira discute agenda para retomada das reuniões do Parlasul. Também na pauta a escolha dos parlamentares que vão ocupar presidência e vice-presidência das comissões.

SEXTA

PLENÁRIO Comício das Reformas

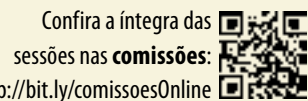
14h Sessão especial para comemorar o cinquentenário do Comício das Reformas, em 13 de março de 1964, organizado pelo presidente João Goulart, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Presidente Renan Calheiros pretende definir com líderes a melhor data. Ampliação do escopo e retirada de assinatura dominam debates

Requerimento da CPI da Petrobras pode ser lido amanhã em Plenário

O PEDIDO DE criação da CPI da Petrobras pode ser lido em Plenário na sessão deliberativa de amanhã. O requerimento foi protocolado na quinta-feira por três senadores do PSDB — Alvaro Dias (PR), Cyro Miranda (GO) e Flexa Ribeiro (PA).

Após a conferência das assinaturas pela Secretaria-Geral da Mesa — a oposição recolheu 28 apoios, um além do mínimo exigido para criar a comissão —, o requerimento é entregue ao presidente do Senado para leitura, que deve ser feita em sessão deliberativa. No entanto, Renan Calheiros informou que, antes de fazer a leitura, vai conversar com os líderes dos partidos.

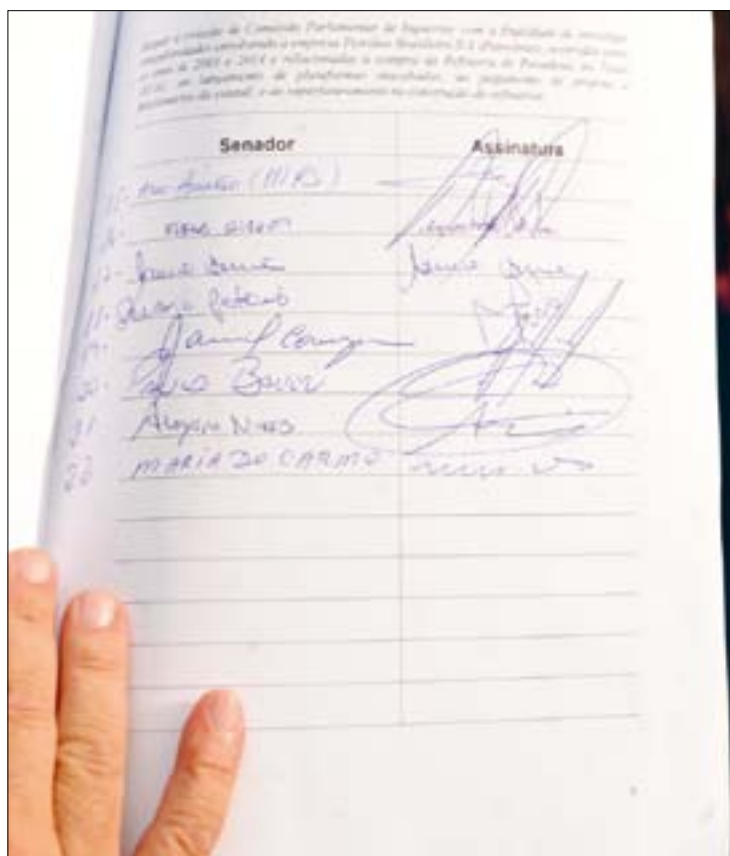
— Eu vou conversar por telefone e ver com eles a necessidade de nós instalarmos rapidamente, quando é que

nós iremos fazer. E quando fizer a leitura, você tem até a meia-noite do dia da leitura para que os partidos coloquem ou retirem nomes — disse.

Na semana passada, senadores governistas informaram que trabalhariam pela retirada de assinaturas.

Eles classificam de oportunista a proposta de CPI às vésperas das eleições e a respeito de denúncias já investigadas por Polícia Federal, Ministério Público, Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União e pela própria Petrobras, como destacou o líder do PT, Humberto Costa (PE). “A CPI serviria de passarela para o desfile de meia dúzia à procura de holofote”, afirmou.

Para ele, apenas o desejo de disputa política explica a intenção dos opositoristas de instalar a comissão.



Requerimento para a CPI reúne 28 assinaturas, uma além do mínimo exigido

Justificativa detalha suspeitas de “incompetência gerencial e corrupção”

O requerimento para criação da CPI da Petrobras possui quatro fatos concretos para serem apurados, como determina a regra para investigações parlamentares.

De acordo com Alvaro Dias, o principal fato determinado é a operação relativa à compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, em 2006.

Segundo a justificativa, há suspeitas de “incompetência gerencial e corrupção”. O texto relata que a Petrobras pagou, no total, US\$ 1,18 bilhão para comprar uma refinaria “obsoleta”.

Em 2005, a refinaria do Texas foi adquirida pela belga Astra Oil Company por US\$ 42,5 milhões. Em setembro de 2006, a Astra vendeu à Petrobras 50% da empresa por

US\$ 360 milhões. Em seguida, após divergência em torno da administração da refinaria, a Astra ajuizou ação contra a Petrobras, alegando cláusula que previa a compra do restante por um dos sócios.

Nessa ação, a estatal foi condenada a comprar a outra

metade da empresa, encerrando o litígio por US\$ 820 milhões.

O negócio foi aprovado pelo Conselho de Administração, na época presidido pela então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Os autores do requerimento da CPI, que fixa

o período investigado entre 2005 e 2014, dizem estranhar as explicações de Dilma de que apoiou a compra com base em resumo executivo elaborado pela área internacional da Petrobras, o qual, soube-se depois, trazia “informações incompletas” e omitia cláusulas que obrigavam a compra do restante das ações.

O requerimento também inclui entre os fatos determinados a suspeita de pagamento de propinas no valor de US\$ 30 milhões a executivos da Petrobras pela holandesa SBM Offshore; a denúncia de que a Petrobras estaria tirando dos estaleiros plataformas inacabadas; e indícios de superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.



Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA): aquisição pela Petrobras gera polêmica

Debate sobre criação da CPI gira em torno de apoios e alcance de apuração

O alcance das investigações e a retirada ou a inclusão de assinaturas de apoio à criação da CPI da Petrobras dominaram os debates após o anúncio da oposição de que havia obtido número mínimo para apresentar o requerimento.

Horas depois de protocolado o pedido na Secretaria-Geral da Mesa, Aécio Neves (PSDB-MG) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) criticaram a possibilidade de o governo convencer senadores a retirar apoio para inviabilizar a comissão.

— É inaceitável que haja qualquer tipo de pressão. Não acredito que qualquer um dos signatários possa se submeter

a chantagem. É uma ameaça, uma violência inaceitável à integridade do Congresso — disse Aécio.

Para Randolfe, embora legal, a retirada não seria moral.

— Moral e republicano seria ficar à disposição de todos os mecanismos de investigação.

Ambos consideram a CPI inevitável e ressaltaram a possibilidade de uma CPI mista, caso a oposição na Câmara obtenha as 171 assinaturas necessárias.

Pelo lado oposto, a bancada do PT no Senado fechou questão contra o requerimento, conforme anunciou o líder Humberto Costa (PE). Ele

lamentou a antecipação do calendário eleitoral por parte da oposição.

— É lamentável que congressistas deixem de lado as responsabilidades do mandato para agir como se estivessem em um palanque. Isso apequena a atuação e não contribui para a elucidação de fatos que precisam ser esclarecidos.

Já Gleisi Hoffmann (PT-PR) sugeriu a inclusão na CPI do caso Alstom, que ganhou repercussão após executivos de empresas terem admitido formação de cartel e pagamento de propina em licitações no governo de São Paulo, comandado pelo PSDB há 20 anos.

— Estou pensando muito em propor que a gente apoie a CPI, ampliando o seu objeto, com um adendo, para que a gente possa também investigar a situação da Alstom — informou.

Para ela, o interesse da oposição é político-eleitoral.

— É um direito propor a CPI, mas esse é um processo eminentemente político. Esse tema já está sendo acompanhado pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas, comissão interna da Petrobras. Fazer uma CPI em ano eleitoral, sendo que três senadores são candidatos à Presidência, com certeza vai ser um palanque político — disse.

PEC dos Recursos Judiciais está na pauta da semana

O Plenário do Senado ainda pode apreciar nesta semana a proposta de emenda à Constituição que limita o uso de recursos em processos penais (PEC 15/2011). A PEC, do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), extingue o recurso extraordinário, cabível junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), e o recurso especial, no caso do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os dois seriam substituídos por ações rescisórias, para anulação da decisão, mas somente após o efetivo início do cumprimento. O objetivo é evitar que esses recursos sejam usados para protelar decisões definitivas.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), porém, o texto foi modificado, conforme relatório do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). A CCJ decidiu manter os dois tipos de recursos e apenas antecipar o início da execução da sentença. O texto aprovado na comissão garante a execução imediata da ordem de prisão em caso de sentenças proferidas por órgãos colegiados ou pelo tribunal do júri.

Outro item na pauta é o projeto (PLC 62/2009) que estende a estabilidade do emprego a quem tiver a guarda do recém-nascido quando da morte da mãe.

Governo tem novo ministro de Relações Institucionais

A presidente Dilma Rousseff anunciou na sexta-feira que o deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) será o novo ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, responsável pela articulação política do governo com o Congresso. Ele vai substituir Ideli Salvatti. A posse de Berzoini será amanhã, às 11h, no Palácio do Planalto.

A presidente Dilma confirmou também que Ideli Salvatti vai ocupar a Secretaria de Direitos Humanos, no lugar da atual ministra, Maria do Rosário, que reassume o mandato de deputada.

(Da Agência Câmara)



Berzoini assume a interlocução do governo com o Congresso

Criação de municípios tem novo projeto de lei

Mozarildo Cavalcanti apresentou outro texto com regras para a criação de municípios vinculadas à densidade populacional da região. Proposta aprovada antes foi vetada

COMEÇOU A TRAMITAR no Senado novo projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) estabelecendo regras para a criação de municípios. A apresentação da proposta (PLS 104/2014) faz parte de acordo para resolver o impasse em relação a outro projeto de Mozarildo (PLS 98/2002 — Complementar), aprovado no Congresso, mas vetado pela presidente Dilma Rousseff.

A proposta institui regras para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, regulamentando a previsão constitucional sobre o assunto. Uma das demandas do governo é de que as Regiões Sul e Sudeste sigam critérios mais rígidos do que as Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

Para o autor, o projeto é importante, pois existem áreas do território nacional



Após impasse sobre veto, Mozarildo acredita em rápida aprovação da proposta

que se desenvolvem rapidamente e que “precisam ganhar autonomia administrativa, não podendo ficar sob camisa de força, sendo geridos por um distrito-sede menos dinâmico”.

Ao apresentar o projeto à Mesa do Senado na quarta-feira, Mozarildo também apresentou um requerimento para que a matéria tramite em

caráter de urgência. A expectativa do senador é de que o texto seja aprovado no Senado já na próxima semana.

— Espero que esse acordo funcione, que não haja nenhum imprevisto e que possamos aprovar o projeto de maneira rápida — disse o senador.

O exame da proposta começa pela Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda designação de relator.

Regras

Número mínimo de habitantes para o novo município, estudo de viabilidade e normas para a apresentação da proposta às assembleias estaduais estão entre as regras sugeridas no projeto. A população mínima é de 5 mil habitantes para municípios na Região Norte, aumentando gradativamente conforme elevam-se as densidades das regiões, até chegar a um mínimo de 15 mil para Sul e Sudeste. Para o Centro-Oeste, a exigência é de 6,5 mil, enquanto um novo município nordestino terá de ter, no mínimo, 8,5 mil habitantes.

O requerimento para a criação de um novo município deve ser dirigido à assembleia legislativa estadual, subscrito por, no mínimo, 20% dos eleitores residentes na área

geográfica que se pretenda emancipar, no caso da criação de município, ou na área geográfica que se pretenda desmembrar, no caso de desmembramento de município preexistente para integrar-se a outro. No caso de fusão ou incorporação de municípios, a exigência é de 3% dos eleitores residentes em cada um dos municípios envolvidos.

O projeto também tenta garantir que o estudo de viabilidade do novo município seja feito por entidade competente e isenta, determinando que o trabalho seja contratado pelo governo estadual, e não pelo grupo diretamente interessado na separação ou aglutinação municipal. Mozarildo também destaca, no projeto, que os novos municípios devem receber parcela das dívidas dos municípios de origem, proporcional à infraestrutura legada à nova unidade.



Planalto quer mudar Lei de Comercialização de Energia Elétrica, que tem 10 anos

Governo propõe alteração na contratação de energia elétrica

A Presidência da República enviou para análise do Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) 641/2014, que antecipa para o mesmo ano da licitação a entrega, para o Sistema Interligado Nacional (SIN), de energia de usinas em atividade. A proposta também modifica o prazo mínimo de suprimento para um ano. A Lei de Comercialização de Energia Elétrica (Lei 10.848/2004) estabelecia que o início do suprimento ocorresse no ano seguinte ao da licitação e com prazo mínimo de três anos.

De acordo com a justificativa, é necessário entregar a energia elétrica no mesmo ano da licitação, de forma que as concessionárias não fiquem expostas ao preço de liquidação das diferenças (PLD) do mercado de curto prazo. O governo acredita que a medida vai evitar um risco de exposição financeira que poderia gerar custos para o consumidor final e que esses custos podem ser diminuídos se adotada a contratação de energia existente.

(Da Agência Câmara)

Medida autoriza transferência de bens do BC

Está em análise no Congresso a Medida Provisória (MP) 639/2014, que permite ao Banco Central (BC) ceder à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp) dois imóveis localizados no Bairro da Gamboa, na cidade do Rio de Janeiro, para a construção de um novo sistema viário na região.

A medida, segundo o Exe-

cutivo, transfere bens que não são mais necessários ao Banco Central com objetivo de requalificar a área e o entorno, além de melhorar as condições de atendimento dos eventos da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

Para efetivar a cessão dos bens, segundo a Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), é necessária autorização legislativa.

Os imóveis, localizados na Rua Silvino Montenegro e na Rua da Gamboa, serão transferidos à Cdurp, sociedade de economia mista controlada pelo município do Rio de Janeiro que tem, entre os objetivos, promover o desenvolvimento de área de especial interesse urbanístico (Aeiu) na região portuária da cidade.

(Da Agência Câmara)

Secretaria ganha 100 funções comissionadas

A Presidência da República enviou para análise do Congresso a Medida Provisória 640/2014, que cria, em caráter temporário, 100 funções comissionadas de grandes eventos (FCGE) e extingue, em caráter definitivo, mais de 500 funções comissionadas técnicas (FCT).

De acordo com a MP, as FCGEs se destinam ao exercício de atividade de direção, chefia e assessoramento na Secretaria Extraordinária

de Segurança para Grandes Eventos (Sesge) do Ministério da Justiça e são privativas de servidores públicos efetivos e de militares em exercício na secretaria. A criação da FCGE será feita por meio de transformação das FCTs.

Atualmente, a Sesge conta com 13 servidores em cargos comissionados e 9 servidores efetivos — número, segundo a secretaria, inferior à demanda de mão de obra necessária ao desenvolvi-

mento das atividades. De acordo com a proposta, todos os encargos pertencentes aos cargos de origem do servidor designado são de responsabilidade do órgão cedente, competindo ao Ministério da Justiça apenas o pagamento da FCGE.

O governo estima que o custo anual com a criação das funções será de mais de R\$ 3 milhões em 2014 e de mais de R\$ 4 milhões em 2015.

(Da Agência Câmara)

Gurgacz: enchente viabilizou abertura de trecho na BR-421

Foi preciso uma grande enchente para que todos, inclusive os órgãos ambientais e a Justiça Federal, pudessem enxergar a importância estratégica da BR-421. A observação foi feita pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO) na sexta-feira, ao relatar em Plenário a situação enfrentada pela população de Rondônia em razão da enchente do Rio Madeira, a maior da história do estado.

Ele contou que mais de 20 mil pessoas estão desabrigadas e os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, onde moram cerca de 100 mil habitantes, estão completamente isolados, porque os trechos das BRs 364 e 425 que dão acesso às cidades estão alagados.

De acordo com Gurgacz, essas cidades deverão sair do isolamento até a próxima

semana, quando o governo estadual concluirá a abertura de um trecho de 12 quilômetros na BR-421, entre os distritos de Jacinópolis e Nova Dimensão, cortando uma ponta do Parque Estadual de Guajará-Mirim.

De acordo com o parlamentar, que luta pela pavimentação completa da BR-421 desde 2010, a abertura do trecho era o que impedia o

licenciamento ambiental para a realização da obra.

— Finalmente prevaleceu o bom senso e teremos, a partir desta semana, uma passagem alternativa para o Vale do Mamoré. Vamos continuar trabalhando para que essa passagem seja definitiva e para que o governo federal faça a pavimentação completa da BR-421 — ressaltou o senador.



Gurgacz lembra que apenas 80 dos 377 quilômetros estão pavimentados

Em evento promovido por comissão do Senado, foram apresentadas sugestões para solucionar gargalos em áreas como transporte de carga e de passageiros e energia elétrica

Fórum gerou ideias para melhorar infraestrutura

NO ENCERRAMENTO DO 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, promovido pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), foram apresentadas soluções para gargalos em diversas áreas. O encontro, realizado quinta e sexta-feira, com sete mesas-redondas, produziu documentos que serão consolidados e servirão para subsidiar projetos de lei no Congresso ou recomendações para o Executivo. De acordo com Fernando Collor (PTB-AL), presidente da CI, até esta quarta-feira todas as sugestões serão consolidadas para que se decida o encaminhamento de cada uma. No entendimento do senador, a equipe de especialistas alcançou todos os objetivos propostos.

— A eficiência imperou por causa da metodologia e cumprimos eficientemente as tarefas propostas — disse.

Collor destacou que algumas áreas, como transportes, têm grande participação dos estados e municípios.

— Os governadores e prefeitos terão de tomar conhecimento e serão chamados a contribuir com esse projeto.

O encerramento do fórum foi feito pelo embaixador Rubens Barbosa, que coordena o Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). Ele descreveu entraves na infraestrutura que aumentam o custo Brasil:

— Sentimos a retração pela incerteza e mudanças de regras. O investidor privado, nacional e estrangeiro, reluta em avançar quando não vê uma perspectiva clara e transparente, ou observa o Estado crescer sua participação, com a diminuição correspondente do papel das agências reguladoras — disse.

Barbosa afirmou que o World Economic Forum coloca o Brasil em 114º lugar entre 148 países na questão de infraestrutura. Estudo do Banco Mundial mostra que o Brasil perdeu 20 postos no ranking global de logística, ocupando agora o 65º lugar. Já a revista *The Economist* disse que apenas 1,5% do PIB brasileiro vai para investimentos de

infraestrutura, quando a média mundial é de 3,8%. A agência Mackenzie Global estima que o valor total da infraestrutura do Brasil representa 16% do PIB nacional. Na Índia é 52% e, nos países desenvolvidos, cerca de 71%.

— Para chegar a isso, o Brasil precisa triplicar os investimentos no setor nos próximos 20 anos — comparou.

Transporte

Acir Gurgacz (PDT-RO) foi o coordenador da mesa-redonda sobre transporte de pessoas. O senador disse considerar “incoerente” o fato de as passagens de ônibus serem tributadas com ICMS e as de avião, não. O senador defendeu a maior transparência, para o consumidor, da parcela de impostos embutida no preço das passagens.

— Hoje a tarifa tem cerca de 40% de impostos — disse.

O financiamento das gratuidades foi outro tópico mencionado por Gurgacz. Ele concordou que a cobrança de meia passagem para estudantes ou a isenção para idosos é importante, mas criticou o fato de os demais passageiros serem onerados por isso.

Os especialistas que debateram aspectos gerais do setor de transporte de cargas propuseram a criação de uma Lei Geral dos Transportes, que disponha sobre a organização dos serviços e a estrutura governamental. Uma demanda da área é a desburocratização dos processos de concessão, licitação e licenciamento.

Os participantes sugeriram incentivos para a navegação interior e de cabotagem e o aumento do investimento federal no setor. Recomendaram ainda que os prazos para execução de serviços de manutenção de obras sejam compatíveis com os projetos.

Energia

Os participantes da mesa-redonda sobre energia elétrica, coordenados por Delcídio do Amaral (PT-MS), falaram sobre a necessidade de garantir a geração de energia hidrelétrica na próxima década e a diversificação das fontes,

como as matrizes eólica, solar e nuclear. Para melhor aproveitamento dos recursos hídricos, recomendaram a construção de reservatórios de uso múltiplo da água (caso das hidrovias) com o aprimoramento da gestão do processo de licenciamento ambiental. Os debatedores também encorajaram a retomada da discussão sobre a necessidade de usinas nucleares no Brasil. Sugeriram evitar novos subsídios cruzados, reduzir os tributos que incidem sobre a conta de luz e criar incentivos para a microgeração distribuída ao consumidor, com “redes inteligentes”.

Combustíveis

Na área de combustíveis, foi proposta a criação de uma legislação específica para o gás natural, com uma empresa de transporte que garanta a articulação do mercado no país. Os especialistas apontam ainda a necessidade de regulação de conflitos entre a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Na opinião dos debatedores, o Congresso deve definir também uma regulamentação para o preço dos derivados do petróleo. Eles destacaram ainda a importância de discussões, no Senado, sobre questões estratégicas como uma mudança no regime tributário do etanol; o potencial de participação da biomassa na base do sistema do suprimento de energia elétrica; e o impacto que o gás de xisto terá sobre o comportamento da produção de petróleo no mar.

Água

A revisão do modelo tarifário do saneamento, garantindo que o setor gere internamente recursos para o próprio desenvolvimento, foi um dos focos da mesa-redonda

sobre saneamento, abastecimento de água e irrigação. Os participantes sugeriram políticas de financiamento focadas na prestação de serviço efetivo à população e propuseram aprimoramento da legislação com base nas prioridades de uso da água e no consumo humano em situações de escassez. Apontaram ainda a necessidade de uma política nacional de estímulo ao armazenamento de água.

Telecomunicação

O coordenador da mesa-redonda sobre telecomunicações, o professor Marcio Iorio, da Universidade de Brasília (UnB), sustentou que o setor precisa ser considerado como política pública.

Ele defendeu a desoneração da banda larga, o uso efetivo do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, a redução da taxa de fiscalização das empresas de telecomunicações, medidas de transparência das cargas tributárias do setor e segurança cibernética.

Mineração

A criação de uma agência

nacional de mineração foi a sugestão dos debatedores da área.

— É consenso que seja criada uma agência, garantindo recursos humanos, materiais e financeiros com autonomia para regular — disse Carlos Nogueira da Costa Júnior, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia e coordenador da mesa.

Os debatedores também apontaram a necessidade da criação de um conselho consultivo da área que trabalhe em políticas públicas e no convencimento de outros setores da infraestrutura, uma vez que a mineração representa quase 5% do PIB nacional e é estratégica para o desenvolvimento.

O monopólio dos bens nucleares, a falta de tecnologia para transformar terras-raras (17 elementos químicos presentes em minérios e utilizados para vários produtos como discos rígidos de computador e telas de celulares) e licenciamentos ambientais devem ser alguns dos temas tratados no documento consolidado desse painel.



Participantes pediram incentivos para a navegação

Rejeitado projeto sobre exoneração de dirigentes de agências

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) rejeitou na quarta-feira projeto de Jayme Campos (DEM-MT) que prevê a possibilidade de exoneração de dirigentes de agências

reguladoras com base em voto de censura do Senado.

O PLS 507/2007 recebeu relatório favorável de Luiz Henrique (PMDB-SC), mas prevaleceu o voto do líder

do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), pela inconstitucionalidade da matéria.

De acordo com Braga, o projeto tem vício de iniciativa e viola o princípio

de separação dos Poderes.

Além disso, conforme o líder do governo, os dirigentes de agências reguladoras têm mandatos por prazo determinado, exatamente para exercer

suas funções com autonomia e independência. Com placar apertado, de 8 votos contra 7, a argumentação do líder do governo foi acolhida pela comissão.

Atual violência de agentes do Estado é tema de audiência

Comissão de Direitos Humanos fará debate com o tema "Desaparecidos da democracia", que abordará os abusos da polícia militar e a institucionalização da violência no período pós-ditadura

A ATUAÇÃO POLICIAL em comunidades carentes, o alto índice de registros de autos de resistência e a cultura da violência praticada por agentes do Estado no período pós-ditadura militar estarão em debate hoje na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado.

O tema da audiência pública é "Desaparecidos da democracia", uma alusão à campanha de mesmo nome lançada no ano passado pela Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ).

O requerimento de Ana Rita (PT-ES), aprovado em 2013, atendeu a provocação da seccional fluminense da OAB em apoio às famílias de vítimas de casos de desaparecimentos, que buscam denunciar os abusos da polícia militar, a utilização de autos de resis-



Ana Rita requereu a audiência por sugestão da seccional fluminense da OAB

tência e a institucionalização da violência no período pós-ditadura.

Casos como o do servente Amarildo Souza (Rio de Janeiro) e do auxiliar de serviços gerais Antônio Araújo (Distrito Federal), que teriam desaparecido após abordagens policiais, serão mencionados como exemplos atuais desses fatos.

Devem participar da audiência o procurador federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios; o irmão de Antônio Araújo, Silvestre Pereira de Araújo; o defensor público-geral da União, Haman Tabosa; e o representante do Ministério da Justiça, André Fagundes.

A reunião ocorrerá às 8h30, na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Redução da maioria não resolve violência, afirma Paim



Paulo Paim (PT-RS) afirmou na sexta-feira que o fenômeno da violência urbana é muito complexo, possui múltiplas causas e não será equacionado simplesmente com a redução da maioria penal.

Em discurso no Plenário, o senador citou dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, indicando que os jovens de 16 a 18 anos — justamente a faixa etária que seria afetada por uma eventual redução da maioria penal — são responsáveis por 0,9% do total dos crimes praticados no Brasil. Se considerados somente homicídios e tentativas de homicídio, o percentual cai para 0,5%.

Paim declarou-se "profundamente chocado" diante de casos como o da jovem Yorrally Ferreira, de Brasília, de 14 anos, assassinada pelo ex-namorado, que postou as cenas do crime na internet. O assassinato foi cometido dois dias antes de o rapaz completar 18 anos.

A aplicação de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para esses casos, segundo o parlamentar, leva a sociedade a pensar erroneamente que não há punição.

Para Cristovam, é preciso ir além da política de cotas na educação



Cotas raciais para ingresso na universidade e em concurso público, apesar de importantes para inclusão dos negros, privilegiam aqueles que já concluíram o ensino médio e representam "um jeitinho" para escurecer a cor da elite brasileira, na opinião de Cristovam Buarque (PDT-DF).

Para o parlamentar, o desafio do Brasil é fazer com que todos os jovens concluam o ensino médio com qualidade.

— Gostaria de ver todos que lutam por cotas para negros no serviço público e nas universidades lutando por uma cota de 100% de jovens concluindo o ensino médio com qualidade — assinalou o senador, ao comentar aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto que reserva para negros 20% de vagas em concursos públicos.

Cristovam disse que as cotas nas universidades e no serviço público ajudam o país a ter mais negros como juízes, procuradores, médicos e outras profissões que exigem ensino superior. No entanto, reafirmou que o desafio é zerar o analfabetismo entre o povo negro e oferecer escola igual para todos os brasileiros, desde o 1º ano do ensino fundamental.

Tribunais superiores debaterão novo Código Penal no Senado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) dá início amanhã a uma série de audiências públicas em torno do Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/2012, que reforma o Código Penal. O primeiro debate deverá ser com o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Felix Fischer.

O calendário de audiências públicas foi divulgado na quarta-feira pelo presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB). Ele é o atual relator do Projeto de Lei do Senado 236/2012, que tramita em conjunto com o projeto de lei da Câmara (PLC 122/2006) que criminaliza a homofobia e mais 131 PLSs e 8 PLCs correlatos.

O ponto de partida dessa série de audiências, conforme adiantou Vital, é o substitutivo de Pedro Taques (PDT-MT) ao PLS 236/2012. A matéria foi aprovada, no final de 2013, por uma comissão especial de senadores encarregada de examinar a reforma do Código Penal.

O substitutivo de Taques sugere penas maiores para crimes contra a vida, aumenta o rol de crimes hediondos e



Vital quer conhecer a visão do Judiciário sobre o novo Código Penal

torna mais rigoroso o modelo de progressão de penas, impondo ao condenado por crime mais grave uma permanência maior nos presídios. A origem é um anteprojeto de lei elaborado por uma comissão de juristas criada, em 2011, pelo então presidente do Senado, José Sarney.

O foco dos debates será, conforme ressaltou Vital, a visão dos membros dos tribunais superiores sobre o novo Código Penal. Depois da participação do STJ, deverão ser ouvidos, na sequência, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho; e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Relator analisa sugestões sobre mudanças na Lei Antidrogas

A pedido do relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a CCJ adiou, por prazo indeterminado, a votação de projeto de lei da Câmara (PLC 37/2013) que altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad).

Três fatores motivaram a solicitação do relator, que apresentou um substitutivo ao projeto. Um dos mais relevantes foi a manifestação de 10 mil internautas em favor de audiência pública sobre as novas mudanças na Lei Antidrogas (Lei 11.343/2006).

Paralelamente, o Conselho Federal de Psicologia encaminhou ao relator mais de 20 sugestões de mudanças na proposta. E o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso,

que comandou a Comissão Global de Políticas sobre Drogas, integrada por líderes mundiais e sete ex-presidentes de diferentes países, também sugeriu revisão das medidas em três pontos: distinção entre usuários e traficantes, discriminação do uso de drogas e comunidades terapêuticas.

Fernando Henrique propôs, por exemplo, a estimativa de uma quantidade de droga correspondente a dez dias de consumo — o dobro do recomendado no substitutivo de Valadares — como critério para distinção entre usuário e traficante.

Valadares frisou sua posição contrária à descriminalização do consumo de entorpecentes.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Autor do requerimento para sessão especial diz que é preciso lembrar e repudiar fatos a fim de que as novas gerações contribuam para o aperfeiçoamento da democracia

Sessão especial marca os 50 anos do Golpe de 1964

Larissa Bortoni e
Marco Antonio Reis



O SENADO PROMOVE hoje, a partir das 11h, sessão especial para lembrar os 50 anos do golpe de 1964. O pedido para a sessão foi feito por João Capiberibe (PSB-AP), ele próprio vítima dos anos de chumbo. Segundo o senador, é preciso que os fatos acontecidos há meio século sejam lembrados e repudiados “para que os jovens nascidos na democracia conheçam a história do seu país e contribuam para o aperfeiçoamento dela”.

Os 21 anos de poder militar, iniciados em 31 de março de 1964, foram marcados por violência, cassação de direitos políticos, censura, repressão e suspensão das eleições diretas para presidente da República e governadores de estado. O golpe, que também foi urdido por setores da sociedade civil, começou a ser desenhado em 1961, com a instabilidade decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros.

Havia nos setores mais conservadores da sociedade,



General Olímpio Mourão Filho (ao centro) levou tropas de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro, dando início ao golpe de 1964

incluindo uma parcela dos militares, o temor de que a posse do então vice-presidente João Goulart empurrasse o Brasil rumo ao socialismo. Uma saída para o impasse foi a implantação do parlamentarismo entre 1961 e 1962. O regime presidencialista foi retomado em 1963, após um plebiscito.

À frente do país, João Goulart passou a defender as chamadas reformas de base. Eram mudanças profundas nas legislações bancária, fiscal, urbana,

eleitoral, agrária e educacional. Jango defendia ainda o direito de voto para os analfabetos e para os militares de patentes inferiores.

Em 13 de março de 1964, em comício no centro do Rio de Janeiro, diante de cerca de 150 mil pessoas, Jango defendeu as reformas e fez críticas duras aos opositores, que, segundo ele, estavam contra o povo. Em resposta, os conservadores promoveram no dia 19 de março a Marcha da Família com Deus

pela Liberdade. As estimativas variam, mas calcula-se que aproximadamente 500 mil pessoas tomaram as ruas de São Paulo para gritar contra “a ameaça comunista”.

A partir daí a tensão política somente se agravou, até o dia 31 de março, quando o general Olímpio Mourão Filho iniciou a movimentação de tropas de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro. Começava o golpe.

No dia seguinte, em Brasília, em uma sessão tensa, o

Congresso discutiu a deposição do presidente constitucional. A luta entre golpistas e janguistas entrou pela madrugada e terminou com a chancela do Legislativo à ruptura democrática: o presidente do Congresso, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República, com o argumento de que João Goulart havia deixado o Brasil. Jango, no entanto, estava no Rio Grande do Sul.

O presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assumiu a Presidência, à espera do primeiro general-presidente. Em 9 de abril, uma junta formada pelos chefes militares baixou o primeiro dos atos institucionais — instrumentos que davam aparência legal ao regime ditatorial — suspendendo por dez anos os direitos políticos dos opositores e instituindo eleição indireta para presidente da República. Ainda em abril, o marechal Castelo Branco foi empossado presidente. Tinha início o maior período de supressão de liberdades políticas da história moderna do Brasil.

Confira página especial “50 anos do Golpe”: <http://bit.ly/50anosGolpe>

Há 50 anos, o Congresso dava fim ao governo João Goulart

Os últimos atos da tragédia política vivida pelo país em 1964 tiveram tom melancólico. Na madrugada de 1º para 2 de abril, ao presidir o Congresso em uma sessão relâmpago, o senador Auro de Moura Andrade, do PSD de São Paulo, atropelou os protestos dos parlamentares que apoiavam João Goulart, ignorou as questões de ordem apresentadas e declarou o fim do governo de Jango. “Comunico ao Congresso Nacional que o senhor João Goulart deixou, por força dos notórios acontecimentos de que a nação é conhecedora, o governo da República”, afirmou, em meio a gritos de apoio e de protesto de deputados e senadores.

“Declaro vaga a Presidência da República e, nos termos do artigo 79 da Constituição, declaro presidente da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli”, disse Auro de Moura Andrade.

Foi lido — e desconsiderado — o ofício enviado ao Congresso por Darcy Ribeiro, então chefe da Casa Civil. “Em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar de esbulho criminoso o mandato que o povo lhe conferiu, investindo-o na chefia do Poder Executivo, [Jango] decidiu viajar para o Rio Grande do Sul, onde se encontra à frente das tropas



Auro (no destaque) declara vaga a Presidência em sessão conjunta do Congresso

militares legalistas e no pleno exercício dos poderes constitucionais, com seu ministério”, declarava Darcy.

Últimos embates

No dia 2, o clima era de ressaca política. “Jango estava impedido de governar. Perdera as condições. Evidenciara demais a sua política de favorecimento à implantação atrevida do comunismo no

Brasil”, disse o senador Eurico Rezende, da UDN do Espírito Santo. “Jango não poderia estar no território brasileiro, a não ser naquele ponto de uma cidade do país — Porto Alegre —, ainda debaixo da agitação do deputado Leonel Brizola. Por conseguinte, estava física e metafisicamente impedido”, reforçou o senador Padre Calazans, da UDN de São Paulo.

Para evitar uma guerra civil, o presidente da República preferiu não resistir ao golpe de estado. Começavam os 21 anos de ditadura militar.

O senador Arthur Virgílio Filho, do PTB do Amazonas, que, como líder do governo, veementemente defendera o presidente João Goulart e suas reformas de base, ainda duellava no Plenário do Senado.

“Vou dizer aquilo que penso, indiferente à força que atualmente nos cerca, a força que pode tudo, menos esmagar ideias, menos esmagar a liberdade, menos esmagar a democracia. Força que pode prevalecer, força que tem prevalecido em algumas oportunidades, mas que tem sido varrida, pelo mundo afora, pela liberdade, que finalmente vence sempre”, disse o senador, posteriormente cassado.

Ansiedade

No dia 31 de março — que passou a ser celebrado pelos militares no poder —, o Plenário do Senado aguardava as informações sobre a crise com ansiedade. Os parlamentares que eram alheios à conspiração contra o governo de João Goulart esperavam em vão por uma notícia tranquilizadora.

Enquanto o senador Aurélio Vianna, do PSB da Guanabara, pedia que “os líderes da República” buscassem o

entendimento diante da crise, deixando “o conformismo e a insensibilidade política”, as luzes do Plenário se apagaram. A sessão foi suspensa por cinco minutos. Em seguida o parlamentar tentou novamente uma resposta entre os colegas, especialmente entre os de oposição, nos quais notara “certa euforia”.

“Ninguém precisa ser profeta para descortinar o futuro que nos espera se não houver um entendimento que salve as instituições democráticas”, alertou Aurélio Vianna. “São verdadeiras as notícias? Esta Casa pode ser informada sobre os acontecimentos?”, continuou.

Em aparte, o senador Afonso Arinos, da UDN do Rio de Janeiro, informou que falara ao telefone com Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, e prometeu logo apresentar um comunicado. Mais tarde se saberia que Magalhães Pinto, também da UDN, principal partido de oposição ao governo, se movimentava para derrubar Jango.

Afonso Arinos leu, então, a “proclamação dirigida à nação”, de Magalhães Pinto. O político mineiro manifestava solidariedade à Marinha e via na chamada revolta dos marinheiros, ainda que já debelada, razão para afastar Jango da Presidência.

ACONTECEU NO SENADO

Aprovada a criação de fundo nacional para atender mulheres vítimas de violência

Recursos viabilizarão delegacias especializadas, casas-abrigo e capacitação de servidores

Foi aprovada na terça-feira pelo Plenário do Senado a criação do Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (PLS 298/2013). A medida pretende facilitar o cumprimento da Lei Maria da Penha e de programas de assistência às vítimas com uma política específica de financiamento. A proposta segue agora para votação na Câmara.

Os recursos para o fundo poderão ser públicos ou vir de empresas nacionais e estrangeiras.

O texto aprovado pelo Plenário foi um substitutivo de Ana Rita (PT-ES), relatora do projeto na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta original foi



À mesa da sessão que aprovou o projeto, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Romero Jucá

sugerida pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e apresentada como projeto da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, instalada em 2012. Vanessa Grazziotin

(PCdoB-AM) destacou o interesse de entidades privadas em colaborar.

— Existem, que nós temos conhecimento, três ou quatro grandes empresas nacionais que trabalham muito próximo da mulher brasileira

e que gostariam de investir recursos nesse fundo — afirmou.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a criação do fundo é um avanço institucional na defesa dos direitos das mulheres.

PRÊMIO BERTHA LUTZ REFORÇA CAMPANHA PELA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

Na terça-feira, foram entregues os prêmios da 13ª edição do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. A premiação, que leva o nome da feminista que liderou a conquista do voto pelas brasileiras, coincidiu com o recente lançamento, pela Justiça Eleitoral,

da campanha Mulher na Política.

Neste ano, foram cinco homenageadas: Cristina Maria Buarque, Delaíde Alves Miranda Arantes, Magnólia de Souza Monteiro Rocha, Maria José Rocha (Zezé Rocha) e Maria Lygia Maynard Garcez Silva.



Premiadas: Cristina, Magnólia, Maria Lygia, Delaíde e Maria José

MINISTRO SERÁ CONVIDADO PARA EXPLICAR PREJUÍZO EM COMPRA DE REFINARIA

As Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente (CMA) aprovaram, na terça-feira, convite à presidente da Petrobras, Graça Foster, e ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para explicar compra de refinaria

nos Estados Unidos, em 2006. O negócio pode ter causado prejuízo de US\$ 1,18 bilhão. Um grupo de parlamentares pediu que a Procuradoria-Geral da República investigue os fatos.

Na quinta-feira, foi protocolado requerimento de instalação da CPI da Petrobras. Amanhã o presidente do Senado, Renan Calheiros, vai conversar com os líderes dos partidos para encaminhar a leitura do pedido, se não forem retiradas assinaturas.



FÓRUM DE ESPECIALISTAS BUSCA SOLUÇÕES PARA ENTRAVES DA INFRAESTRUTURA BRASILEIRA

O 1º Fórum Nacional de Infraestrutura reuniu, na quinta e na sexta-feira, senadores e especialistas em mesas-redondas que discutiram soluções para a infraestrutura no país.

Foram organizadas sete mesas-redondas: energia elétrica, transporte de passageiros, transporte de cargas, mineração, combustíveis, telecomunicações e saneamento, abastecimento e irrigação.

Documento sobre os debates será base para o trabalho deste ano na



Comissão de Infraestrutura (CI), que promoveu o evento por iniciativa do presidente do colegiado, Fernando Collor (PTB-AL). A expectativa é de que as propostas possam virar projetos de lei a serem analisados pelo Senado a partir de abril.



AMORIM DIZ QUE BRASIL PRECISA SE IMPOR COM MAIS PODERIO MILITAR

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE) quinta-feira, o ministro da Defesa, Celso Amorim, apresentou um plano de trabalho e afirmou que maior capacidade militar é indispensável para o Brasil se impor entre as maiores economias do planeta.

— Ter mais *hard power* ajuda — disse o ministro.



CONGRESSO FAZ HOMENAGEM AOS 100 ANOS DE JOÃO AGRIPINO

Sessão solene do Congresso celebrou no dia 24 o centenário do ex-senador João Agripino (1914-1988). Os trabalhos foram presididos por José Agripino (DEM-RN), sobrinho do homenageado. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse que o político paraibano era reconhecido como íntegro e desenvolvimentista.



O texto aprovado foi relatado por Humberto Costa (C) na CCJ

SEGUE PARA A CÂMARA PROJETO QUE AMPLIA A PROTEÇÃO CONTRA TRÁFICO DE PESSOAS

O Plenário aprovou na quarta-feira projeto que endurece a punição ao tráfico de pessoas e estabelece medidas de proteção às vítimas desse crime. A proposta (PLS 479/2012), que

segue para a Câmara, prevê pagamento de seguro-desemprego às vítimas e amplia a tipificação criminal, englobando trabalho escravo e remoção de órgãos.

SIMPLIFICADA REGRA PARA CONTESTAÇÃO DE TRIBUTOS

As regras do processo administrativo fiscal ficam mais simples em proposta aprovada quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O projeto (PLS 222/2013 — Complementar) unifica as normas quando o contribuinte contesta cobrança de imposto pela União, estados, Distrito Federal e municípios. O texto segue para o Plenário.

PROPOSTA AGILIZA JULGAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Varas especializadas poderão ter preferência para julgar ações civis públicas, mesmo se o dano tiver ocorrido em outra cidade, segundo projeto (PLS 472/2013) de Pedro Taques (PDT-MT) aprovado na CCJ. Segundo ele, varas especializadas nas capitais têm deixado de processar ações em que o dano ocorreu no interior do estado. O texto vai à Câmara.

COMISSÃO MISTA CONCORDA COM MP QUE ALTERA NORMAS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIAS

Aprovada na quarta-feira em comissão mista, a Medida Provisória (MP) 627/2013, que altera regras contábeis e tributárias, segue para a Câmara, onde poderá ser votada amanhã. A MP

afeta principalmente as atividades de empresas brasileiras no exterior e também terá de passar pelo exame do Plenário do Senado. Se não virar lei, a MP perde validade em 21 de abril.

SERVIDORES PÚBLICOS COBRAM REGRAS PARA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Fortalecer e regulamentar a negociação coletiva foi a principal reivindicação de representantes dos servidores públicos em audiência da Comissão

de Direitos Humanos (CDH), no dia 24. Apesar de prevista na Constituição, a garantia de greve para servidores nunca foi regulamentada.



Taques, Cyro e Cristovam em uma das fotos selecionadas na semana

VEJA A SELEÇÃO DE FOTOS DA SEMANA

Toda semana fotografos da Agência Senado produzem cerca de 7 mil fotos. Desse total, aproximadamente 500 são publicadas

no Banco de Imagens. Uma seleção da semana passada pode ser vista no link abaixo.

<http://bit.ly/fotos24-28mar>